

**Universidade Estadual do Maranhão  
Centro de Ciências Tecnológicas  
Curso de Arquitetura e Urbanismo**

**PEDRO DE SOUSA LUZ DOS ANJOS**

**PRAÇA E INTEGRAÇÃO SOCIAL:  
estudo preliminar de revitalização paisagística  
em área livre no bairro do Cohajap em São Luís**

**São Luís**

**2013**

**Universidade Estadual do Maranhão  
Centro de Ciências Tecnológicas  
Curso de Arquitetura e Urbanismo**

**PEDRO DE SOUSA LUZ DOS ANJOS**

**PRAÇA E INTEGRAÇÃO SOCIAL:  
estudo preliminar de revitalização paisagística  
em área livre no bairro do Cohajap em São Luís**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Barbara Irene Wasinski Prado, Doutora

**São Luís  
2013**

**PEDRO DE SOUSA LUZ DOS ANJOS**

**PRAÇA E INTEGRAÇÃO SOCIAL:  
estudo preliminar de revitalização paisagística  
em área livre no bairro do Cohajap em São Luís**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Barbara Irene Wasinski Prado, Doutora  
Orientador – UEMA

---

1º Examinador

---

2º Examinador

**São Luís  
2013**

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Bárbara Prado, pela atenciosa orientação.

Agradeço a Deus pela sua maravilhosa Graça, iluminação e companhia.

A minha família, sempre presente, pelo suporte e amor. Obrigado por terem me mostrado o caminho.

[...] Descende de Adão e Eva – tornou Aslam. – É honra suficientemente grande para que o mendigo mais miserável possa andar de cabeça erguida, e também vergonha suficientemente grande para vergar os ombros do maior imperador da Terra. Dê-se assim por satisfeito.

C. S. Lewis em Príncipe Caspian

## RESUMO

No presente trabalho, estabelece-se a reflexão sobre a importância de espaços públicos na vitalidade, humanização e desenvolvimento social de cidades ou bairros. Investiga-se, de maneira mais específica, de que forma o elemento urbano praça pública trabalha como integrador social nas comunidades em que se inserem. A identificação de princípios, sejam eles arquitetônicos ou sociológicos, que cooperam para a apropriação desses espaços por parte da população para a qual eles foram direcionados é o objetivo deste trabalho. Para a identificação desses elementos universais, examina-se o pensamento de vários autores que, embora em contextos diferentes, conseguiram perceber valores universais, que podem ser reconhecidos e aplicados em diversas realidades. Ao final, busca-se aplicar os princípios aqui identificados em um estudo preliminar que propõe a revitalização paisagística de uma área livre em desuso no bairro do Cohajap em São Luís.

**Palavras-chave:** Espaços Públicos, Praça Pública, Revitalização Urbana, Paisagem Urbana.



## ABSTRACT

In the present work, a reflection is made about the significance of the public spaces in the vitality, humanization and social development in cities or neighborhoods. It investigates in a more specifically way, how the urban element Public Square works as a social integrator in the communities they are in. The objective of this work is the identification of the principles, whether it be architectural or sociological, that cooperate for the appropriation of these spaces by the population they are directed for. To identify these universal values, an analysis is made on the thinking of many authors, which, even in different contexts, could realize universal elements that can be recognized and applied in many realities. Finally, this work aims to apply the identified principles in a preliminary study that proposes a landscape revitalization of an unused public area in the neighborhood of Cohajap, in the city of São Luís.

**Keywords:** Public Spaces, Public Square, Urban Revitalization, Townscape.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bo em Malmo, Suécia .....	12
Figura 2 - Projeto cantinho do choro, Praça Gonçalves Dias, São Luís/MA .....	28
Figura 3 - Localização das quadras .....	37
Figura 4 - Mapa de Acessos .....	38
Figura 5 - Mapa de usos .....	39
Figura 6 - Comércio na Rua Auxiliar 2 .....	40
Figura 7 - Comércio na Rua Auxiliar 2 .....	40
Figura 8 - Centro Comercial na Rua Auxiliar 2.....	41
Figura 9 - Estabelecimentos comerciais no entorno da área de intervenção 2 .....	41
Figura 10 - Prédio Comercial no entorno da área de intervenção .....	42
Figura 11 - Localização da Quadra 181 .....	42
Figura 12 - Quadra 181 .....	43
Figura 13 - Quadra 181 .....	43
Figura 14 - Quadra 181 .....	44
Figura 15 - Localização da Quadra 183. ....	44
Figura 16 - Quadra 183 .....	45
Figura 17 - Quadra 183 .....	45
Figura 18 - Quadra 183 .....	46
Figura 19 - Esquema de Insolação da praça .....	46
Figura 20 - Mapa Temático de Topografia .....	47
Figura 21 - Calçada no entorno da área de intervenção .....	48
Figura 22 – Calçada na Rua 17.....	48
Figura 23 - Calçada na Rua 17 .....	48
Figura 24 - Calçada na Rua 13 .....	49
Figura 25 - Calçada na Rua 11 .....	49
Figura 26 - Calçada na Rua 11 .....	49
Figura 27 - Iluminação das quadras objeto de intervenção .....	50
Figura 28 - Iluminação das quadras objetos de intervenção .....	50
Figura 29 - Premissas da Proposta .....	51
Figura 30 - Park Monte LAA, Áustria .....	54

Figura 31 - Park Shoemaker Green .....	54
Figura 32 - Vista Superior Praça Colinas .....	55
Figura 33 - Mapa de Zoneamento da Praça .....	57
Figura 34 - Pata de Vaca ( <i>Bauhinia variegata</i> ). .....	59
Figura 35 - Quaresmeira ( <i>Tibouchina granulosa</i> ) .....	59
Figura 36 - Alfeneiro ( <i>Ligustrum lucidum</i> ). .....	60
Figura 37 - Ipê Amarelo ( <i>Tabebuia chrysotricha</i> ). .....	60
Figura 38 - Sol da tarde e esquema de sombreamento. ....	61
Figura 39 - Vegetação e esquema de ventilação. ....	61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 PAPEL DA COLETIVIDADE NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS</b> .....	12
2.1 A SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS .....	15
2.2 A DETERIORAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS .....	18
2.2.1 A <i>Broken windows theory</i> e o espaço público.....	18
2.3 ELEMENTOS DO PROJETO PAISAGÍSTICO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS.....	20
<b>3 REVITALIZAÇÃO PAISAGÍSTICA EM PRAÇA NO COHAJAP</b> .....	34
DIAGNÓSTICO PARA REVITALIZAÇÃO PAISAGÍSTICA NO BAIRRO COHAJAP EM SÃO LUÍS .....	35
3.1.1 Praças do Cohajap: .....	37
3.1.2 Vizinhanças e usos .....	39
3.2 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO .....	42
3.2.1 Quadra 181 .....	42
3.2.2 Quadra 183 .....	44
3.3 INSOLAÇÃO .....	46
3.4 TOPOGRAFIA .....	47
3.5 CALÇADAS .....	47
3.6 POSTEAMENTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	50
<b>4 DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES</b> .....	51
4.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	53
4.2 REFERÊNCIAS DE PROJETO .....	53
<b>5. PROPOSTA</b> .....	56
5.1 PAVIMENTAÇÃO .....	58
5.2 ARBORIZAÇÃO .....	58
5.3 EQUIPAMENTOS .....	61
5.4 ILUMINAÇÃO .....	62
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## 1 INTRODUÇÃO

Nas explicações bíblicas se ensina que o ser humano é um ser social, um ser de comunidade, que precisa se relacionar com outros da mesma espécie num relacionamento baseado em convívio e interação, essencial para seu desenvolvimento integral, emocional e intelectualmente. Em Gênesis, o verso dezoito do segundo capítulo aponta que, ainda quando no Éden, logo após ter moldado o homem do pó da terra, a primeira percepção do Criador sobre sua nova criatura foi a de que não seria bom que o homem estivesse só.

No presente trabalho, desenvolve-se o projeto de revitalização paisagística para o espaço livre de um conjunto de praças, no bairro Cohajap na cidade de São Luís do Maranhão e que hoje se encontram em estado de abandono e desuso. Para dar conta deste objetivo, inicialmente busca-se aprofundar o entendimento sobre o papel dos espaços livres públicos no contexto urbano e as relações dos indivíduos tais espaços e a importância deles na vida de cidades e comunidades.

A criação de novos espaços públicos de qualidade, assim como a reabilitação de áreas livres degradadas com o tempo, visando restabelecer a vida social dessa área mostra o reflexo da valorização que uma cidade tem pelos seus habitantes. Quando o abandono, o descaso e a negligência desses espaços por parte dos poderes públicos são perceptíveis, torna-se também evidente a desumanização da cidade nos mais variados aspectos.

Nesse contexto, ganham relevância valores como o individualismo e o anonimato. Entretanto, quando poder público e sociedade entendem a necessidade de valorizar a criação de tais espaços e investem nisso, fazendo com que eles deixem de ser vistos como lugares não essenciais, pode-se ver como consequência o enriquecimento social, o fomento de relações interpessoais saudáveis e a democratização do espaço urbano. A importância desses locais se mostra no senso de comunidade e coletividade que eles são capazes de criar.

O espaço público torna-se afetivo quando as pessoas podem se identificar e se apropriar dele, reconhecendo seu potencial social valioso. Quando seu valor

social se perde progressivamente devido ao abandono e ao desuso, torna-se um espaço imperfeito, infrutífero.

Na criação de um ambiente saudável, propício à integração e envolvimento social e salutar para o desenvolvimento humano no meio urbano, faz-se necessário pensar espaços públicos em escala local, pois não são somente os grandes espaços provenientes de intervenções em grande escala que dão caráter de vitalidade à cidade.

É na escala local que o potencial social é construído, e esse valor é baseado principalmente na qualidade dos espaços públicos inseridos em comunidades específicas, que tornam a cidade coesa e sustentável a partir intervenção da qual eles provém. Disso pode certamente decorrer a relevância do estudo especificamente desenvolvido na área tomada para análise e intervenção paisagística neste trabalho.

## 2 O PAPEL DA COLETIVIDADE NA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

O perfil do habitante da cidade tem se transformado ao longo da história. O desenvolvimento das cidades não é apenas uma questão de crescimento econômico; ele está primeiramente relacionado com a qualidade de vida de sua população e o seu bem estar social. Ao mesmo tempo em que o ser humano tem sido um agente de transformação da paisagem, a paisagem urbana tem moldado e transformado continuamente a vida, o cotidiano e a personalidade do indivíduo urbano. Com estudo, compreensão e planejamento da dinâmica dessa paisagem urbana, é possível desenvolver rumos para o real desenvolvimento e enriquecimento do espaço urbano.

Para Waterman (2010, p. 15), “é crucial que tenhamos a habilidade de chegar a um projeto e a uma estratégia inspiradores que reconheçam o caráter único dos locais individuais e, ao mesmo tempo, entendam tais lugares como pertencentes a sistemas maiores”. Nessa perspectiva, a Arquitetura Paisagística deve trazer um caráter renovador e vitalizante para cidade. Para isso o entendimento de que os lugares estão inseridos num contexto e que fazem parte de sistemas maiores que se relacionam com outros contextos e sistemas. Waterman (ibid, p. 104) fala que a melhor maneira de um arquiteto paisagista entender como um espaço público funciona é observar pessoalmente a dinâmica que se dá nele e sondar o comportamento das pessoas ao desfrutar desse espaço e ao se utilizarem do mobiliário urbano.



Figura 1 - Bo em Malmo, Suécia.

Fonte: [pernillasdesignblogg.wordpress.com](http://pernillasdesignblogg.wordpress.com), 2011

Ao propor a criação de uma praça, por exemplo, para uma comunidade específica, o arquiteto deve observar suas práticas sociais, estar disposto a

conhecer suas necessidades e ser sensível a elas enquanto projeta. Tal disciplina não deve ser entendida, no contexto do espaço urbano, como mera criação e organização de formas em espaços vazios. Com efeito, sua compreensão alcança a criação de uma identidade na comunidade local, evidenciando a cultura de seus habitantes, expressando-a no local e através dele.

Waterman reflete ainda sobre a responsabilidade da disciplina de arquitetura paisagística com o futuro, enfatizando seu empenho nos projetos para o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades:

Como as comunidades interagem em público, o acesso físico é extremamente importante. As comunidades devem ser projetadas para que se possa caminhar. Amenidades e equipamentos urbanos essenciais como lojas, estacionamentos, cafeterias, bares, piscinas e jardins comunitários deveriam ficar a uma curta distância de casa. Uma boa rede de passeio pelas casas, com vistas da rua, garante movimento de pedestres e a segurança do bairro. Espaços públicos externos, como estacionamentos, jardins, parques esportivos, praças e esplanadas, deveriam estar disponíveis a todos, mas serem proporcionais (ibid, p. 111).

Um dos grandes desafios da cidade contemporânea é a sua própria humanização. Isso se torna perceptível, entre muitos exemplos, no caso da cidade de São Luís do Maranhão. Alvo de grandes investimentos de iniciativa privada, a cidade tem sido levada à criação de empreendimentos como *shopping centers* e torres de escritórios ao mesmo tempo em que o poder público negligencia a criação de novos espaços livres públicos e mesmo a manutenção de espaços livres já existentes, que se tornam subutilizados ou marcados por problemas como abandono, mau uso ou até criminalidade.

Mas qual é a definição de espaço público? O que dá a esses espaços o caráter de integrador e de elemento humanizador das cidades? Primeiramente, o conceito filosófico de espaço público está associado à livre expressão de pensamento, no contexto de que não se pode desfrutar da democracia e liberdade sem que haja o exercício do discurso livre. Para a sociologia, o conceito de espaço público diz respeito ao lugar de encontro com o outro, o diferente do sujeito. Nesse espaço, há o enfraquecimento das relações íntimas do grupo primário e o fortalecimento do coletivo possibilitando o convívio com as diferenças e o intercâmbio, fatores que são marcas da civilização (LEITÃO, 2002).



Lynch (1991) define espaços abertos públicos como quaisquer espaços urbanos que estão abertos à livre escolha dos indivíduos e de suas ações espontâneas. Devem ser dotados de acessibilidade e direcionados para a apropriação desses indivíduos com o objetivo de que neles sejam desenvolvidas atividades funcionais, sociais e de lazer. Na cidade, esses espaços formam um único e maior sistema, contíguo e interligado, levando em conta as ruas e o espaço de praças, jardins e parques, que se relacionam com espaços fechados e semiabertos da paisagem urbana. Desse modo, formam toda a rede complexa do espaço urbano.

Considerem-se ainda algumas outras definições que podem ampliar a compreensão sobre o espaço público, tratando-os como: a) “Territórios coletivos onde as pessoas prosseguem as atividades funcionais e rituais que unem uma sociedade, quer nas rotinas da vida quotidiana, quer em eventos cíclicos ou pontuais” (Carr et al., 1992, p.11); b) “Espaços que sugerem uma abertura e um livre acesso a todos [...] onde estranhos se encontram de forma igualitária e onde existe liberdade de expressão e de reunião entre cidadãos” (WARREN, 2006 *apud* BALULA, 2011, pg. 95); c) “Lugares cuja manutenção é assegurada por entidades públicas em benefício da comunidade e que idealmente podem ser utilizados por todos os cidadãos, independentemente da sua condição social e econômica, idade, raça, etnia, ou gênero” (CHAPMAN, 2006 *apud* BALULA, 2011, pg. 95).

Segundo Cunha (2003), os planos e leis urbanas precisam fazer a inserção dos espaços públicos abertos no contexto de mudança e crescimento das cidades, intervindo diretamente, revisando os usos para que haja o atendimento de programas de necessidades atualizados, ou criando-se novos espaços públicos baseados em estudos de projeção que tracem panoramas futuros. Ao mesmo tempo, a autora afirma que as áreas públicas de lazer não devem ser menosprezadas, entendidas meramente como áreas que são necessárias para se cumprirem os planos e leis urbanas.

Esse entendimento pode fazer com que tais áreas tornem-se espaços mal localizados que não possuem nenhuma integração com o contexto e a malha urbana, incapacitados de promover o papel social para o qual conceitualmente existem.

## 2.1 A SOCIABILIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os arquitetos chilenos Guillermo Tella e Alejandra Potocko (2009, p.40), no artigo *Os Espaços Verdes Públicos – entre demanda e possibilidades efetivas*, definem a importância de jardins, praças e parques urbanos, discutindo o papel imprescindível que esses lugares desempenham como articuladores da vida urbana e social, promovendo cultura, arte e lazer. Esses autores ressaltam que é necessário reconstruir o silêncio e a quietude dentro das cidades, como uma resposta aos fluxos urbanos, ao avaliar laços sociais desfeitos, restaurando a vida das cidades.

Dessas considerações, depreende-se que o pensar sobre os espaços públicos na paisagem urbana trata-se de um exercício determinante, pois tais lugares cumprem funções estratégicas na paisagem urbana.

Tella e Potocko (ibid, p. 41) abordam ainda sobre o que vem a ser um problema sério enfrentado pelas cidades, que é a delegação e limitação de atributos, como a promoção de lazer e entretenimento, que comumente eram relacionados aos locais de caráter público e coletivo, e passam a ficar restritos a espaços de uso privado e a uma parcela pequena de indivíduos. Os espaços comunitários convertem-se, então, em áreas residuais, estagnadas e por vezes até mesmo perigosas, devido ao abandono. Lidar com o desafio que se tem no momento em que tais funções são privatizadas e os espaços públicos caem em desuso, perdendo sua função integradora, é uma das questões principais para a mente do planejador urbano.

A possível resposta para transformação dos espaços públicos das cidades e para a recuperação de comunidades desumanizadas, onde laços sociais foram rompidos e substituídos por uma cultura individualista, está em pensar as comunidades da maneira como elas realmente funcionam na vida real: são dinâmicas e estão sempre em constante mudança. A criação e a reestruturação de ambientes coletivos deve levar em conta esse aspecto.

No espaço urbano, o nível de integração social de uma sociedade se relaciona diretamente ao grau de interação e inclusão social que ela demonstra na

democratização de seus espaços públicos e equipamentos urbanos, ou seja, as características que tornam esses espaços acessíveis, usufruídos e experimentados de maneira coletiva.

O antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani, em seu artigo *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*, traz a rua ao contexto da discussão do espaço livre público. Aprofunda-se no conceito de rua, não a tomando mais simplesmente como espaço de circulação, rigidamente relacionado à função de propiciar o fluxo na cidade, mas a encara como experiência vivenciada diariamente, enquanto local de sociabilidade. Para ele, quaisquer formas de apropriação do espaço urbano que reflitam nessa sociabilidade não são resultantes de escolhas individuais e aleatórias; “[...] são resultado de rotinas cotidianas, ditadas por injunções coletivas que regulam o trabalho, a devoção, a diversão, a convivência e que deixam suas marcas no mapa da cidade” (MAGNANI, 2003, p.10).

Não existe, portanto, um processo de integração social mecânico e automático que integre indivíduos e comunidades nas cidades. Não se pode fazer com que, por meios impessoais e simplesmente formais, indivíduos interajam no espaço urbano (ibid, p. 36).

É exatamente por esse motivo que uma proposta de projeto paisagístico para uma comunidade específica não pode estar alienado de seu contexto e das pessoas às quais ele servirá. O ato de projetar o espaço nunca poderá vir isolado do olhar sensível às necessidades e desejos da população.

A organização norte-americana Project for Public Spaces (PPS) é uma iniciativa não governamental que tem trabalhado em vários lugares do mundo, a discussão dos espaços públicos na cidade e visa envolver a comunidade local no exercício do pensar e contribuir para a criação de espaços públicos com os quais tais comunidades se identifiquem e dos quais cuidem. Em *Ten ways to improve your city through Public Space*(PPS, 2009a), apresenta algumas dicas para a organização equilibrada de espaços públicos. Já em *Placemaking and the future of cities* (Idem, 2012), são apresentadas sugestões de como governo, sociedade e outras entidades podem contribuir para que a cidade melhore nos aspectos social, econômico e ambiental.

Os espaços públicos como praças e parques públicos devem ser criados como destinos com múltiplas funções, propiciando atividades variadas que sejam orientadas a um público que é sempre composto por diferentes tipos de pessoas, tornando tais áreas atrativas. Salienta-se a importância da capacidade de o espaço público evoluir no decorrer do tempo, assim como evoluem a mentalidade ou as aspirações de uma comunidade. Desse modo, os planejadores do espaço urbano devem sempre projetar espaços sensíveis à realidade local e flexíveis às mudanças que certamente ocorrerão com o passar do tempo.

Em *O Poder do 10* (Idem, 2009b), é apresentado o conceito homônimo que propõe o seguinte raciocínio: para que uma cidade seja um lugar socialmente vivo e agradável, não basta que ela tenha somente um grande bairro, onde a vida social flua de maneira adequada e pulsante, ela vai precisar de um número maior desses bairros. O mesmo vale para um espaço público em determinada comunidade. Para que esse espaço público atinja seu papel de integrar socialmente os habitantes, servir bem à sua comunidade, tornando-a pulsante e viva, é necessário, segundo a proposta, que se tenham no mínimo dez razões para que um indivíduo se sinta atraído e se desloque ao espaço público em questão.

Isso pode incluir, entre outros motivos, a existência de um lugar pra sentar, atividades ligadas à cultura, a arte e a música, pequenos estabelecimentos comerciais, locais onde fazer uma refeição enquanto se lê um livro, um gramado para se fazer piquenique.

Tais recursos propiciam que uma praça, por exemplo, possa ser mais do que um local que o indivíduo atravessa do ponto de ônibus até o edifício comercial onde está o escritório em que trabalha. Eles a tornam um lugar de possibilidades, que fazem com que as pessoas queiram estar e ao qual decidam voltar com certa frequência.

Everywhere we bring up this idea, citizens become more energized to turn their places around. The Power of 10 offers an easy framework that motivates residents and stakeholders to revitalize urban life, and shows that by starting efforts at the smallest scale you can accomplish big things. The concept also provides people something tangible to strive for and helps them visualize what it takes to make their community great (ibid, 2009b).

Em todos estes textos a Integração social nos espaços públicos se reflete em experiências públicas compartilhadas.

## 2.2 A DETERIORAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

### 2.2.1 A *Broken windows theory* e o espaço público

Em 1969, Phillip Zimbardo, professor e pesquisador na área de psicologia social na Universidade de Standford, realizou o seguinte experimento: em uma rua do bairro do Bronx em Nova York, um bairro pobre e deteriorado, com sérios problemas sociais de violência e criminalidade, colocou um carro sem licença, com o capô aberto. Fez o mesmo em um bairro rico na cidade de Palo Alto, na Califórnia colocando outro carro, similar ao primeiro. Comparando os resultados, observou que no Bronx, o carro foi atacado em menos de dez minutos, sendo totalmente destruído por pessoas do bairro, enquanto que, no outro bairro, o carro colocado não foi tocado por mais de uma semana.

Ampliando os estudos, Zimbardo resolveu quebrar a janela dos carros deixados na rua. Viu que em ambas as cidades os transeuntes rapidamente começaram a pegar coisas dos carros, danificando-os em menos de uma hora. Observou, nos dois casos, que muitas pessoas que atacaram os carros não aparentavam ser perigosas, eram apenas pessoas comuns. Tais experimentos levaram George Kelling e James Wilson – dois professores de Harvard a desenvolver, em 1982, a Teoria das Janelas Quebradas. Nela defendiam que a sensação de negligência liberava a ação dos indivíduos. Assim, quando se deixa uma janela quebrada, negligenciando os reparos devidos, as pessoas vão concluir que aquela janela está abandonada e ninguém a vigia. Logo, mais janelas serão quebradas mandando a seguinte mensagem à população: “Não há nenhuma autoridade, você pode fazer o que quiser”.

Martín Marcos, em seu artigo *Mayor Seguridad requiere mejor espacio público* (2013), faz uso do entendimento proposto pela Teoria das Janelas Quebradas para verificar como a negligência se reflete na qualidade de um espaço público. A negligência e o abandono de espaços públicos promovem insegurança e desconforto nas comunidades em que eles estão inseridos. Falta de iluminação de qualidade, descuido para com a vegetação, pavimentação danificada, equipamentos e mobiliário urbano sucateados são exemplos da falta de manutenção e cuidado

com o lugar. Tais problemas tornam o espaço público muitas vezes um local favorável a práticas antissociais (brigas, crimes, assaltos ou tráfico de drogas são muitas vezes verificados). A deterioração dos espaços destinados a lazer, convívio e interação social de uma cidade representa a deterioração da própria cidade.

A ideia é simples, mas poderosa: os maus hábitos se espalham rapidamente, mas os bons hábitos, com força e continuidade, podem desbancar os ruins. Como muitas coisas ao nosso redor estão em um estado crítico graças à nossa indiferença aos primeiros sinais de que algo não está certo? Quantas janelas quebradas nós vemos cada dia? Isso tem relação com a marcação de limites e a extinção dos maus hábitos com estratégias situacionais e preventivas que envolvem não só as autoridades, mas também a comunidade na resolução de problemas através de participação ativa. (ibid, tradução nossa)

Marcos aponta ainda que laços sociais se rompem em uma comunidade muitas vezes em decorrência da insegurança representada e alimentada pela indiferença com que o espaço público tem sido tratado ao longo de vários anos. Este rompimento pode ser restaurado com o empenho conjunto de Poder Público e comunidade. A importância de encarar os espaços livres públicos como o “coração da vida moderna” reforça a qualidade de vida urbana, que não deve ser delegada aos guetos que são os condomínios fechados e nem privatizada através de segurança particular.

Em seus trabalhos, esse autor propõe olhar o desenho, o uso, a gestão e as funções dos espaços públicos, de maneira a repensá-los para que seja criada uma identidade de apropriação que se revele no encontro e intercâmbio entre os diferentes. Defende a busca de uma lógica projetual em arquitetura, urbanismo e obras públicas, que proponham lugares criativos e integrados de tal forma que configurem uma cidade mais participativa e menos especulativa.

As argumentações apresentadas sugerem a reflexão de que comunidades sadias e integradas são comunidades que não estão indiferentes quando suas “janelas” são quebradas. O princípio de que a indiferença e o descuido levam à desordem serve para advertir a sociedade de que maus hábitos precisam ser substituídos por um bom uso coletivo dos espaços. Por isso o envolvimento da comunidade no cuidado e na valorização desses lugares é fundamental.

## 2.3 ELEMENTOS DO PROJETO PAISAGÍSTICO E A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

Kevin Lynch (1982), em *A Imagem da Cidade*, conclui que existem cinco grupos de elementos que são utilizados pelas pessoas para a estruturação das cidades, são eles: caminhos, limites, bairros, cruzamentos e marcos. A análise feita por Lynch aqui, diz respeito exclusivamente às questões formais que definem a imagem da cidade, considerando que existem outros fatores de natureza mais subjetiva ou histórica, como o significado social de certa área, sua história, função ou nome. Nenhum desses elementos-tipo existe de modo isolado e independente na realidade, pois eles se sobrepõem e se interligam constantemente. Para Lynch, o primeiro elemento de estruturação da imagem urbana

[...] são os canais ao longo do qual o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro. Para muitos, esses são os elementos predominantes em sua linguagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias (Idem, p. 58).

Lynch (Idem, pg. 58) afirma que toda a imagem de uma cidade se torna difícil, se as suas ruas mais importantes não são facilmente identificáveis ou são confundíveis. As ruas devem seguir uma lógica que, além de fazer com que elas sejam melhor identificáveis, permitam-lhes ter continuidade. Na cidade de Jersey City os moradores consideravam como as ruas mais seguras as que mais apresentavam a qualidade de continuidade desse ambiente urbano. E que essa continuidade não dependia somente de a rua possuir um percurso contínuo, mas também da continuidade em outros aspectos formais como largura da via ou tipologia de construções.

[...] os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra (para dentro de) mentalmente e que reconhece como tendo algo comum e identificável. São sempre passíveis de identificação do lado interior e, também, do exterior, no caso de se poderem notar, com diferenças de indivíduo para indivíduo (Idem, p. 58).

Neste ponto, Lynch destacou o bairro a partir de um critério mais visual e perceptivo, não se referindo à noção comum de bairro, segundo o critério administrativo, conceito tradicionalmente adotado no Brasil. Os limites dos bairros são determinados pela administração. Para Lynch existem características físicas de

diversas naturezas que são constantes na determinação dos bairros, entre elas estão: textura, espaço, forma, detalhe, tipos de edifício, costumes, atividades, habitantes, estado de conservação, topografia.

Os bairros desempenham um papel importante para a legibilidade da cidade; os limites dos bairros situam os moradores dentro de uma área reconhecível e as características que os aproximam ou os contrastam trabalham para fortalecer a força temática de cada um deles. Alguns bairros possuem um caráter introvertido, quando eles se tornam para si próprios, não tendo muitas referências ou uma relação forte com a cidade ao seu redor. Outros são extrovertidos porque são virados para o exterior e são ligados aos elementos que os circundam (Idem, p. 62).

As relações entre os elementos da paisagem urbana na construção das sensações foram discutidas por Gordon Cullen, em meados dos anos 1960. A Paisagem Urbana é a arte de fazer com que toda a complexidade de prédios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano fosse coerente e organizada. A análise da paisagem se dá a partir de impactos emocionais e estéticos que os elementos urbanos causam nos indivíduos (CULLEN, 1971).

Consideramos que a análise da paisagem urbana para compreender os espaços públicos contribui para a identificação de elementos que podem potencializar ou não o caráter integrador do espaço público. Na análise de uma praça, por exemplo, baseando-se no entendimento de Cullen, seria possível compreender que efeitos sua ambientação causa na percepção das pessoas, sejam moradores dessa comunidade ou somente transeuntes que atravessam a praça.

Em relação à questão da ocupação do território nos espaços públicos da cidade, Cullen observa primeiramente que os espaços podem ser ocupados estaticamente. Este tipo de ocupação é favorecido por elementos como o próprio desenho do pavimento, postes de iluminação, abrigos, enclaves, pontos focais e recintos (ibid, p.17).

Abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação do espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais. O fato de se assinalarem esses locais com elementos de caráter permanente pode contribuir para indicar os tipos de ocupação que existem na cidade e criar um meio-ambiente que não seja fluido e monótono, mas sim estático e equipado (idem, p. 25).



Mesmo que o espaço público em questão tenha um grau de ocupação relativamente baixo, a presença de sinais de ocupação permanente nesse mobiliário torna a cidade mais humana e diversificada. Outra forma de ocupação espacial observada por Cullen é a apropriação pelo movimento, a qual ele exemplifica através de uma alameda que dá acesso à igreja, espaço de circulação que possuem bem definidos seu início e fim. Em sua obra, esse autor analisa uma série de exemplos em que o ambiente urbano interfere diretamente na percepção sensorial e psicológica do indivíduo urbano.

Adam (2008), em *Analisando o conceito de Paisagem Urbana de Gordon Cullen*, faz uma reflexão sobre a importância e o potencial do conceito do arquiteto Cullen na observação, diagnóstico e prognóstico de intervenções e propostas em disciplinas como Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Adam identificou três aspectos aos quais Cullen recorre para estruturar seu conceito. O primeiro deles é a ótica, que é formada pela visão serial, ou seja, a sequência de percepções geradas à medida que se avança nos espaços urbanos. O segundo aspecto diz respeito ao local: de que maneira o indivíduo urbano reage em relação à posição que ocupa no espaço. Adam observa que esse aspecto é comumente chamado sentido de localização e se refere também às sensações que os diferentes tipos de espaço – abertos, fechados, altos, baixos – provocam nas pessoas. O terceiro aspecto reflete o conteúdo que está presente na construção da cidade, como exemplifica o autor: cores, textura, escalas, estilos arquitetônicos e setores da malha urbana.

Esses três aspectos marcantes na estruturação do conceito *paisagem urbana* embasam os inúmeros e variados temas presentes na obra de Cullen que deixam mais claro a que tipo de experiências e percepções o indivíduo está sujeito em sua vida diária.

A mensagem principal é demonstrar, através dos variados exemplos, a arte da paisagem construída, a qual se deve buscar ao compor e propor qualquer construção para a cidade e preservar no processo de tipificação.

O ambiente é construído de duas maneiras. Em primeiro lugar, objetivamente, através do senso comum e da lógica baseada nos princípios benevolentes da saúde, amenidade, convivência e privacidade. Isto pode ser comparado a Deus criando o mundo, como alguém exterior e superior a coisa criada. A segunda maneira não se opõe a esta. É a execução da

criação empregando os valores subjetivos daqueles que habitarão o mundo criado (ibid, p. 195).

Independentemente do modo, todos são responsáveis pela construção do ambiente urbano, quer estejam na posição de planejadores urbanos, quer sejam os usuários deste espaço; o ambiente é construído à medida que ele sofre a ação de todos que de alguma forma se relacionam com ele.

A influência da obra *Paisagem Urbana* neste trabalho se fará presente no entendimento de que o espaço público tem a capacidade de exercer profunda influência sensorial e psicológica nas pessoas que o utilizam ou passam por ele e também na análise dos estudos de caso de praças públicas em São Luís, assim como aspectos da observação do autor estarão entre as bases que definirão o plano proposto para uma área verde no bairro do Cohajap. Entretanto, é importante ressaltar que as recomendações do diversos autores citados merecem uma contextualização, que passa pelo entendimento do que ocorre com as praças brasileiras.

Sun Alex (2008), ao discutir o processo de projeto de espaços livres urbanos, analisou seis praças paulistanas. Alex examina como a praça se integra ao seu entorno e se articula com o traçado urbano, de maneira que as escalas de projeto possam se adequar a esse traçado e a sua natureza social e coletiva, integrando-se à rua e à arquitetura do seu entorno, de maneira a criar um só conjunto, uma só paisagem.

A partir dessas análises, levantou uma crítica à adoção do modelo e das bases ideológicas norte-americanas de paisagismo, que foram amplamente adotadas no projeto dessas praças, principalmente no que tange a influências estéticas e funcionais, não levando em conta a distinção cultural dessas duas realidades. A indiferença à realidade estética e funcional brasileira resultou em muitos espaços públicos em desuso.

A praça brasileira é caracterizada por ser um local público, coletivo e multifuncional, o espaço de sociabilidade e convivência. É que o convívio social no espaço público possui uma relação direta e íntima com as oportunidades de acesso e uso, proporcionados por desenhos internos e externos adequados (ibid, p. 126).

Os espaços públicos no Brasil vêm sofrendo ao longo de anos com o uso seletivo ou o desuso intencional, e isso se dá muitas vezes devido a projetos inadequados, apropriação da área por parte de comércio informal como camelôs ou moradores de rua, que usam o lugar como acampamento, além de estratégias de manutenção do espaço, tomadas pelo poder público, que dificultam ou mesmo impendem o acesso das pessoas (ibid, p.18).

A crítica de Alex se estende também à questão ambiental no paisagismo, que caracterizou como um “verdismo”, uma ênfase no modo de uso da vegetação no espaço urbano, no embelezamento da cidade e nas atividades recreativas que muitas vezes tem ocorrido em detrimento de espaços de convívio e interação social na esfera pública e da identidade cultural de uma população. Esse fato está historicamente ligado ao advento da *Landscape Architecture*, na Inglaterra, que sempre esteve mais estritamente relacionada à natureza idealizada e ao belo, enquanto a palavra “paisagem”, como seu correspondente em francês “*paysage*”, aprofunda-se no sentido de nação e identidade cultural (ibid, p. 64).

A importação do *Landscape Architecture*, o paisagismo nos moldes ingleses – que foi primeiro exportado aos Estados Unidos – para o Brasil não possibilitou o entendimento completo do que significa a paisagem como essa criadora de identidade através do espaço público, característica tão marcante na cultura brasileira.

Como consequência da importação da matriz moderna norte-americana para o projeto de praças brasileiras ocorre a presença de praças que estão em deplorável estado de conservação, locais que, por perder gradualmente o seu sentido urbanístico, são considerados pelo autor como anti-praças. O valor da praça como o cenário da prática da vida pública na cultura latina em contraste com o “verdismo” e o “recreacionismo” americanos, que transferem a prática social tão permeada na praça brasileira para um segundo plano.

A estreita vinculação do uso com o acesso e a integração com o entorno são os elementos definidores mais fundamentais da praça e a articulação com o tecido urbano um de seus papéis mais relevantes na construção da paisagem da cidade (ibid, p. 280).

Neste sentido as observações de Alex nos levam a constatar que o projeto de praças no Brasil deve prezar pela cultura e identidade que pode ser percebida na

vida urbana de suas cidades, na informalidade e flexibilidade das relações travadas nas ruas. O paisagismo não pode ser um criador de estruturas sagradas, separadas do ambiente e vida urbano, como os do ecologismo e verdismo norte-americanos fizeram com a criação dos Parks e subúrbios verdes. A paisagem não deve ser algo externo e distante do traçado urbano, ela é o próprio palco da integração e interação de uma cidade.

William H. Whyte, que publicou em 1980 sua obra *The Social Life of Small Urban Spaces* (A Vida Social nos Espaços Urbanos pequenos), estudou os espaços urbanos, como plazas – que em sua maioria eram espaços abertos cedidos ao meio público como contrapartida para a permissão do aumento da área construtiva de prédios privados – ruas e esquinas no *Midtown* de Nova York. Whyte observou as crianças que brincavam nas ruas do Harlem, e percebeu que muitas delas estavam lá primeiramente pela falta de um playground ou espaço idealizado com o objetivo de proporcionar lazer a elas. O autor foi além na sua observação e entendeu que a própria rua era o local de lazer e o quarteirão em que elas viviam dispunha de todos os elementos básicos para um espaço urbano bem-sucedido. Sendo assim, a ausência de um playground projetado intencionalmente para o uso das crianças da área não parecia um empecilho para o divertimento delas. A aplicabilidade imediata de seu trabalho estaria na compreensão das razões pelas quais alguns espaços públicos funcionam e outros não desempenham a sua função de maneira bem-sucedida e, partindo dos resultados dessa análise, formular recomendações para a implantação de novos espaços públicos na cidade. As praças mais bem usadas “são lugares de sociabilidade, com uma proporção maior de casais do que você encontra em lugares menos usados, mais pessoas conhecendo pessoas ou trocando despedidas” (WHYTE, 1980, p. 17).

Para Whyte (ibid, pg.18), praças são bem sucedidas quando atraem públicos diferentes, quando atraem tanto pessoas em grupos – sejam pequenos ou grandes – como indivíduos que vão sozinhos a esses espaços. Sua observação das praças nova-iorquinas e dos seus usuários o fez perceber que aquilo que mais atrai pessoas para esses espaços é a presença de outras pessoas, a possibilidade de ver o outro e as atividades que desempenham atrai até mesmo o visitante solitário que senta no banco e se põe a observar a dinâmica da vida no pequeno espaço urbano.

Ele constata também um elemento determinante na criação de espaços públicos bem sucedidos, algo que contribui até mesmo mais do que a forma, design ou tamanho desse lugar: o acesso e as opções de lugares para sentar. Lugares confortáveis, que proporcionam assento fácil, variado e, desse modo, possibilitem uma área usufruída através de conversas, leituras, descanso, trocas ou simplesmente ócio. Espaços de silêncio que quebram o ativismo diário das pessoas e ao mesmo tempo espaços de comunicação, que incentivam o diálogo e a convivência.

O autor também analisou outros aspectos percebidos em sua observação das praças nova-iorquinas em 1980 que influenciavam o comportamento dos usuários da praça. O sol, o vento, arborização, água e até mesmo opções de lugares para comer são elementos que, conforme o seu uso, podem fazer do espaço público um lugar atrativo e bem-sucedido, ou torná-lo um espaço subutilizado e esquecido na cidade. E o espaço chave para a praça: a rua. O espaço onde praça e rua se encontram e as esquinas que os dois elementos formam é o espaço onde primeiro torna-se possível o desenvolvimento da integração entre os usuários.

As esquinas são apresentadas como o celeiro da vida social nos espaços públicos. Elas devem ser vibrantes, agradáveis e convidativas. A área em que se encontram rua e espaço público define se o espaço vai ser bem-sucedido ou um fracasso. A transição entre os dois espaços deveria ser constituída de maneira que não houvesse uma separação ou rompimento brusco entre eles. As calçadas e ruas do entorno da praça devem ser partes integradas do espaço público, pois quanto mais acessíveis estes forem, quanto mais visíveis foram seus acessos, mais eles poderão se tornar destinos desejáveis no bairro (ibid, p.57).

Whyte demonstrou que espaços públicos que dificultam o acesso das pessoas com elementos que funcionam como barreiras, como cercas, gradis ou muros e que possuem poucos pontos de entrada e saída, frequentemente se tornam locais que caem em desuso e perigosos. Uma de suas conclusões foi que a linha de visão é outro aspecto que pode influenciar positivamente ou negativamente o uso de determinado espaço público nova-iorquino. Se as pessoas não veem o espaço, elas conseqüentemente não o usarão. As praças que são elevadas ou estão abaixo do nível da rua são geralmente (ele deixa claro que existem exceções) menos utilizadas

pela população. Não há integração com a rua, logo se tornam espaços atrofiados. Ruas e calçadas precisam fazer parte do todo no espaço público (ibid, p.58).

As praças são tanto lugares de permanência como também são lugares de passagem. É nessa dinâmica entre os dois tipos de relação do indivíduo com o espaço público que está a base do desenvolvimento da integração social nesses lugares. As possibilidades de intercâmbio e interação entre indivíduos são inúmeras em locais que permitem tal fluxo, usos variados e atraem pessoas com objetivos diferentes a serem realizados no local. Pessoas que estão apenas passando pelo entorno da praça, ou precisam cruzá-la para chegar a algum destino específico recebem variados estímulos do ambiente.

O espaço público estimula o uso por impulso, convidando caminhantes que a priori não tinham a intenção de permanecer nele. Whyte também acreditava que pessoas que passavam pela praça ou por seu entorno poderiam ser aqueles a quem mais o ambiente do espaço público favoreceria, por influenciarem positivamente o seu estado mental e seu humor.

Whyte conceituou a triangulação, que é o processo que torna possível que um estímulo externo permita uma afinidade entre pessoas e faça com que estranhos conversem uns com os outros. A triangulação possui um grande valor para que o espaço público atinja o seu objetivo de integração social. Pode-se entender este conceito com o exemplo a seguir: havendo uma apresentação musical (fator externo) em uma praça, isto aproxima dois estranhos que compartilham do mesmo gosto musical, e em pouco tempo, os dois sujeitos estão se tratando num nível de personalidade usado normalmente somente entre amigos. A variedade desses elementos externos é que torna o espaço público rico em possibilidades. Apresentações musicais ou teatrais, exposições artísticas, a vista de uma bela paisagem, todos esses fatores servem como catalisadores da vida urbana no espaço público (ibid, p.94).

Whyte entende que a virtude principal de qualquer ato que é desenvolvido na rua é a sua falta de expectativa. Quanto mais eles podem surpreender ou chamar a atenção inesperadamente, mais esses espaços se tornam interessantes. O foco da sugestão do autor, ao se referir à Triangulação, é, simplesmente, que sejam

desenvolvidos lugares mais amigáveis, tanto no projeto desse espaço quanto na administração dele.



Figura 2 - Projeto cantinho do choro, Praça Gonçalves Dias, São Luís/MA.  
Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com), 2012

Para Whyte, tais lugares, à despeito do custo, não tem preço, pois são revigorantes para a vida social no ambiente urbano. William Whyte foi um grande defensor dos espaços públicos nas cidades americanas, os valores É importante frisar no presente trabalho que a obra *The Social Life of Small Urban Spaces* é uma análise, à priori, direcionada para a realidade norte-americana, dentro de uma cidade grande como Nova York, nos pequenos espaços públicos da região central dessa cidade, onde milhares de pessoas circulam todos os dias, fato de natureza distinta do objetivo da proposta deste trabalho que apresentará um plano inserido em um contexto de uma comunidade específica em um bairro prioritariamente residencial, que é o caso do Cohajap em São Luís.

Contudo, a relevância da obra e a reflexão de William H. Whyte não se faz ausente em contextos diferentes. Mesmo fora da realidade de cidade cosmopolita e centro de Nova York, ou mesmo dos espaços pequenos dos subúrbios das cidades americanas, a profundidade de seu pensamento e seu olhar analítico sobre o comportamento do ser humano mediante a interação social, convívio e trocas que trava com outros indivíduos em espaços públicos, oferece valores universais que podem ser encontrados em diversos contextos de espaço público e evidencia soluções e propostas que, respeitando os padrões culturais, naturais e formais de

cada contexto, podem direcionar ao desenvolvimento de bons novos projetos para as cidades.

Assim como Whyte, Kevin Lynch (1985) também pôde identificar vários fatores que afetam o desempenho dos espaços públicos. Entre as características que Lynch denota como desejáveis para o desenvolvimento de um bom espaço público estão:

- a) **Vitalidade:** maneira com a qual o espaço sustenta as funções essenciais para a sobrevivência e funcionalidade.
- b) **Sentido:** característica que mostra o quanto o espaço pode ser percebido de forma clara e pode ser diferenciado mentalmente a partir de critérios como estrutura, congruência, transparência, legibilidade e significado.
- c) **Adequação:** a forma como as diferentes atividades realizadas no espaço moldam-se a ele.
- d) **Acesso:** de que maneira se dá o acesso ao espaço público é igualitário, diversificado e está sob alguma forma de controle local.
- e) **Controle:** o grau em que as pessoas que usam esse espaço público o controlam seu uso, atividades e acesso.

Lynch dizia que tais dimensões de desempenho trabalham de maneira interdependente e mútua, podendo variar de acordo com a cultura e sociedade em questão.

De acordo com Gehl (1987), os principais pontos para a animação dos espaços públicos são facilidade de acesso, áreas de permanência agradáveis e possibilidade de atividades para desempenhar nesse espaço. E pode-se identificar a existência de três categorias diferentes em relação ao desempenho de atividades no espaço urbano; são elas as atividades necessárias, sociais e opcionais. Quando as qualidades do ambiente incentivam seus usuários a permanecerem ou a se moverem nele, tal espaço é dotado de atividades opcionais (atividades que você escolhe realizar, como uma caminhada na praça, uma visita à biblioteca) e sociais (atividades que dependem necessariamente da presença de outras pessoas, como



conversar, esportes coletivos). As atividades necessárias são de cunho mais funcional, sendo predominantemente direcionadas à comunidade local.

Gehl entende que espaços públicos que somente apresentam atividades necessárias são as de menor qualidade, sendo que atividades sociais e opcionais combinadas a esse espaço podem trazer vitalidade, aumentando significativamente o contato e as interações sociais nesse ambiente. As variáveis apresentadas por ele são em resumo segurança, conforto, beleza e significado. (GEHL, 1987).

Mark Francis, em *Urban Spaces* (1987), concorda com Gehl em alguns aspectos, considerando que os fatores que mais influenciam no uso dos espaços públicos estão ligados ao ambiente físico, são eles: a imagem do local (sua aparência), a segurança, a acessibilidade, o conforto ambiental e a variedade tanto dos usos quanto dos usuários.

“Research has contributed to an awareness of a number of issues common to urban spaces. These are dimensions of open space quality that cut across a variety of settings. They also provide the components of a normative theory of urban open space.” (FRANCIS, 1987, p.88)

Através de sua pesquisa, Francis procurou saber quem usava os espaços públicos e que razões motivavam o seu uso. A segurança, já citada acima, é para Francis um pré-requisito importante para a apropriação do espaço. O autor cita o exemplo do Bryant Park em Nova York, que na década de 1970 começou a se tornar um espaço dominado pela prostituição e tráfico de drogas. Após estudos, foi diagnosticado que a insegurança era a grande barreira para o seu uso.

Esforços de reconfigurar parques e praças para desencorajar a presença de usuários de drogas e pessoas que possam oferecer perigo, talvez possam aumentar o senso de segurança desses espaços, porém reduzem a diversidade social e desencorajam o uso. Tal tipo de medida frequentemente tende somente a levar o problema de um lugar para outro (Francis, 1987).

Outro destaque é o conforto no espaço urbano, que pode ser refletido em assentos confortáveis, luz solar, sombra, proteção da chuva e outros elementos que proporcionam bem-estar. Há também os fatores de percepção e estética que revelam o modo pelo qual as pessoas percebem o espaço, o pode contribuir para o seu uso ou para o seu desuso. Ao mesmo tempo, Francis mostra através tanto de sua pesquisa como também das pesquisas que outros autores fizeram que, como afirma Kaplan (1985), diferentes grupos de usuários podem ter percepções

diferentes sobre o espaço e, por isso, a qualidade visual priorizada pelos planejadores urbanos pode ser um fator secundário para grande parte dos usuários.

Francis citou também o tema do sistema natural e da qualidade do ambiente como fatores importantes para a apropriação do espaço público. Tais espaços devem ser vistos dentro de um contexto de um sistema natural maior, como já foi falado anteriormente, pois ele é um ponto importante para uma vida saudável na cidade (Francis, 1987).

Hough (1984) e Spim (1984), outros arquitetos da paisagem, sugerem que a cidade deveria ser um sistema natural de modo a contribuir para a maximização de ar puro, da qualidade da água e qualquer outra forma de oferecer um ambiente saudável. O espaço aberto, nesse contexto, é o local onde o processo ecológico pode ser incorporado ao cenário urbano através de um projeto paisagístico e de uma gestão do espaço sensíveis a esse sistema maior.

Nos anos 70, Lewis (1979) demonstrou os benefícios psicológicos que as pessoas obtêm quando interagem com plantas e árvores, o que o levou a hipótese de que tal contato com a vegetação contribui para a autoestima e maior satisfação da pessoa com outras áreas de sua vida.

O *Project for Public Spaces* também tem recomendações sobre a produção de praças. Em *Ten Principles for Successful Squares*, publicado em 2005, é apresentada uma lista com dez princípios que podem direcionar para a criação de praças bem-sucedidas, tendo em vista que para esse sucesso é necessário que elas abriguem fatores que vão além da dimensão físico-espacial. Esses princípios foram desenvolvidos a partir das análises de centenas de praças empreendidas pela PPS; são eles:

- a) **Imagem e identidade:** Criar uma praça que se torne um local significativo para a cidade, dando identidade para comunidades inteiras é um grande desafio, necessário para que se volte a ter grandes espaços cívicos;
- b) **Atrações e destinos:** As praças possuem em si espaços menores que atraem várias pessoas. Fontes, jardins, quadras, recintos, espaços para leitura, tais lugares não precisam ser grandes para serem espaços bons. Pequenos espaços quando colocados em conjunto trazem pessoas diferentes em horários diferentes;

- c) **Amenidades:** Elementos como bancos, jardins, proteções contra o sol podem fazer uma grande diferença em como as pessoas usam o espaço. Iluminação pública fortalece o uso do espaço e elementos de arte urbana ajudam a estabelecer a interação social;
- d) **Design flexível:** A praça pode apresentar diferentes usos durante um dia, semanas ou anos. A resposta a essa variação pode estar na flexibilização do programa de necessidades, espaços flexíveis podem oferecer uma variedade maior de atividades, jogos, esportes, apresentações, etc;
- e) **Estratégia por estação:** Grandes praças mudam com as estações. Pistas de skate, cafés ao ar livre, mercados e outros elementos podem ajudar na adaptação da mudança de estação;
- f) **Acesso:** A praça precisa ser um lugar ao qual se chegue facilmente. As melhores praças são aquelas em que as pessoas cheguem a pé, sem obstáculos. Seu entorno deve apresentar cruzamentos bem demarcados, iluminação projetada ao nível do pedestre, além de ruas que propiciem o andar a pé ao redor da praça;
- g) **Espaço interno e espaço externo:** Ruas e calçadas ao redor de uma praça afetam seu uso e acessibilidade, assim como as construções que as cercam. A praça para a qual se abrem as portas das construções ao seu redor oferece mais conforto e é mais agradável do que praças que estão de frente para muros cegos. O exterior é essencial para o bem-estar da parte interna da praça;
- h) **Alcance:** O modo como ruas e calçadas levam à praça é tão importante quanto os limites dessa praça. É comparável aos tentáculos de um polvo que cercam toda a vizinhança. A influência da praça deve ser sentida no mínimo a um quarteirão de distância, de modo que conforme se aproximem da praça, veículos também se tornem mais lentos;
- i) **Papel central de gestão:** Os melhores lugares são aqueles aos quais as pessoas voltam de novo de tempo em tempo. O modo de

atingir isso se dá através de um plano de gestão que busca promover caminhos para uma praça segura e viva. Bons gestores se tornam bem familiarizados com os padrões de uso do espaço e criam uma sensação de conforto e segurança, mantendo-a de forma que as pessoas percebam que há alguém à frente de tudo;

- j) **Fontes de financiamento diversificadas:** Uma praça bem gerida eventualmente precisa sair do escopo das praças e parques públicos geralmente debaixo da gerência do poder público, estabelecendo-se parcerias que visam melhor manter e gerir o espaço público. Essas parcerias surgem para complementar o que a cidade já pode oferecer à praça, incluindo aluguéis para cafés, mercados ou outros pequenos usos comerciais no local.

### 3 REVITALIZAÇÃO PAISAGÍSTICA EM PRAÇA NO COHAJAP

Dentre as cartas patrimoniais, que são documentos, recomendações e conclusões de reuniões que tiveram como pauta a proteção do patrimônio cultural, ocorridas em diversas localidades do mundo, está a Carta de Lisboa de 1995, carta conclusiva do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. Essa carta se detém na questão da reabilitação urbana integrada, estabelecendo os princípios que nortearão as intervenções e os caminhos para a aplicação delas. O artigo primeiro da Carta de Lisboa versa sobre as definições das diversas técnicas usadas pela reabilitação urbana e dentre essas definições, aqui serão destacados alguns conceitos importantes para entendê-la na escala de cidade ou sítio urbano, identificando qual é a estratégia a ser utilizada no produto final do presente trabalho:

- a) **Renovação Urbana:** Ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetônicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje essas

estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar.

- b) **Reabilitação Urbana:** É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.
- c) **Revitalização Urbana:** Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.
- d) **Requalificação Urbana:** Aplica-se, sobretudo, a locais funcionais da “habitação”; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual.

### 3.1 DIAGNÓSTICO PARA REVITALIZAÇÃO PAISAGÍSTICA NO BAIRRO DO COHAJAP EM SÃO LUÍS

A cidade de São Luís no Maranhão é uma cidade que tem crescido ao mesmo tempo em que não tem incentivado a criação de novos espaços públicos, sejam jardins, praças e parques urbanos. Nem mesmo a manutenção dos espaços verdes já existentes tem acontecido, o que tem levado muitos lugares a um desuso progressivo, num processo que propicia a insegurança e a desconstrução de laços sociais de uma comunidade. Contrapondo-se ao desenvolvimento da cidade na esfera pública e coletiva, a cidade tem sido alvo de grandes investimentos da iniciativa privada na criação de espaços de lazer pagos, como os Shopping Centers,

tornando cada dia mais privadas e excludentes as opções de lazer e convívio na cidade.

O valor da Política de Paisagem para a cidade está em definir quais são os objetivos e as diretrizes para a gestão da paisagem, bem como as estratégias que irão garantir a sua conservação, proteção e valorização, gerando qualidade de vida para a população. Os espaços livres públicos, como praças e parques urbanos, são elementos estruturadores da paisagem que tem progressivamente perdido seu significado e valor na cidade de São Luís.

No capítulo sobre a Política da Paisagem, no artigo 90, da lei do Plano Diretor de São Luís de 2006, consta que:

- a) Paisagem é a composição de elementos estruturadores, naturais e humanos, que geram juízos de valor estético, de identidade e de referência a partir de sua apreciação;
- b) Elementos estruturadores da paisagem são aqueles que possuem um significado e características plásticas que geram uma leitura da cidade, tanto a partir da sua apreciação individual quanto da relação deste com outros elementos inseridos à paisagem;
- c) Elementos condicionantes da paisagem são elementos que orientam intervenções realizadas na paisagem a partir do seu significado e dos seus valores referenciais intrínsecos ao mesmo.

E que as diretrizes da Política Urbana devem (artigo 94):

- a) Garantir o direito do cidadão à fruição da paisagem;
- b) Garantir a qualidade ambiental e paisagística do espaço público;
- c) Garantir a possibilidade de identificação, leitura e apreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados, pelo cidadão.

Ao obrigar tais garantias, o PDSL define o que constitui o conjunto paisagístico da cidade de São Luis.

Parágrafo único. O sistema de áreas verdes do município será composto pelos parques, pelas áreas verdes públicas e privadas, pelas vias parque e outras áreas a serem incorporadas de forma a constituir um conjunto paisagístico capaz de receber usos de lazer, turismo e outras atividades de recreação e cultura, adequadas a cada local, desde que compatíveis como o fim precípua de conservação da paisagem (PDSL,2006, artigo 94).

A situação de uma grande quantidade de praças dos bairros da cidade de São Luís é de precariedade e abandono, o que dá a sensação de insegurança, muitas vezes sendo cenário de práticas antissociais e até criminosas, como brigas, assaltos e até o tráfico de drogas.

Nota-se que não está sendo assegurado ao cidadão o seu direito de fruição da paisagem devido a lugares que perderam sua capacidade de identificação com o usuário. Por outro lado, as áreas verdes não podem ser simplesmente áreas residuais de loteamentos em diversas localidades.

### 3.1.1 Praças do Cohajap: localização e acessos

A área de Intervenção corresponde a duas quadras localizadas no bairro do Cohajap, que pertence, segundo a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, à Zona Residencial 1. A área é delimitada pela Rua 11, Rua 12, Rua 14 e Rua 17, sendo que entre as duas quadras está o prolongamento da Rua 13.



Figura 3 - Localização das quadras.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de imagens do Google Earth, 2013





Figura 4 - Mapa de Acessos.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de imagens do Google Earth, 2013

- 1) Acesso Avenida Principal/ Rua 17
- 2) Acesso Avenida Principal/ Rua 13
- 3) Acesso Avenida Principal/ Rua 11
- 4) Acesso Rua Auxiliar 2/ Rua 17
- 5) Acesso Rua Auxiliar 2/ Rua 11

Os meios de acesso a área livre se dão por duas frentes, pela Rua Auxiliar 2, que auxilia a entrada a partir da Avenida Daniel de La Touche, pela qual as ruas 17 e 11 dão acesso a área de intervenção. O outro acesso se dá pela Avenida Principal do Cohajap, através da qual se pode chegar à área pelos seus pontos de encontro com a Rua 11, Rua 13 e rua 17. Pode-se notar a facilidade de acesso ao lugar como um dos pontos positivos da área.

### 3.1.2 Vizinhança e usos

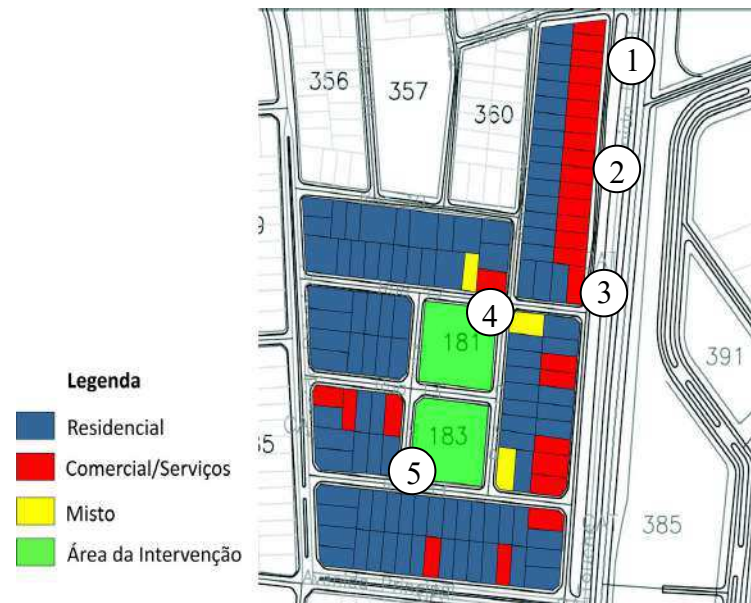


Figura 5 - Mapa de usos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo sobre arquivo digital feito pela Prefeitura Municipal de São Luís, 2013.

A área estudada, que é um recorte no bairro do Cohajap, que corresponde exatamente ao entorno das duas quadras da proposta, apresenta uma grande predominância do uso residencial, mas há uma forte presença, ainda que relativamente menor, na região frontal à Avenida Daniel de La Touche, de serviços e estabelecimentos comerciais como academia, restaurantes, lanchonetes e centros comerciais e clínicas.

Na parte interior da área em destaque há uma pequena presença de estabelecimentos comerciais como, por exemplo, um bar, uma quitanda e um prédio comercial.



Figura 6 - Comércio na Rua Auxiliar 2.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 7 - Comércio na Rua Auxiliar 2.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 8 - Centro Comercial na Rua Auxiliar 2.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013 a partir de levantamento de campo.



Figura 9 - Estabelecimentos comerciais no entorno da área de intervenção 2.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 10 - Prédio Comercial no entorno da área de intervenção.  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.

## 3.2 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

### 3.2.1 Quadra 181



Figura 11 - Localização da Quadra 181.  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento em arquivo digital pela Prefeitura Municipal de São Luís, 2013.



Figura 12 - Quadra 181.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 13 - Quadra 181.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 14 - Quadra 181.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.

### 3.2.2 Quadra 183

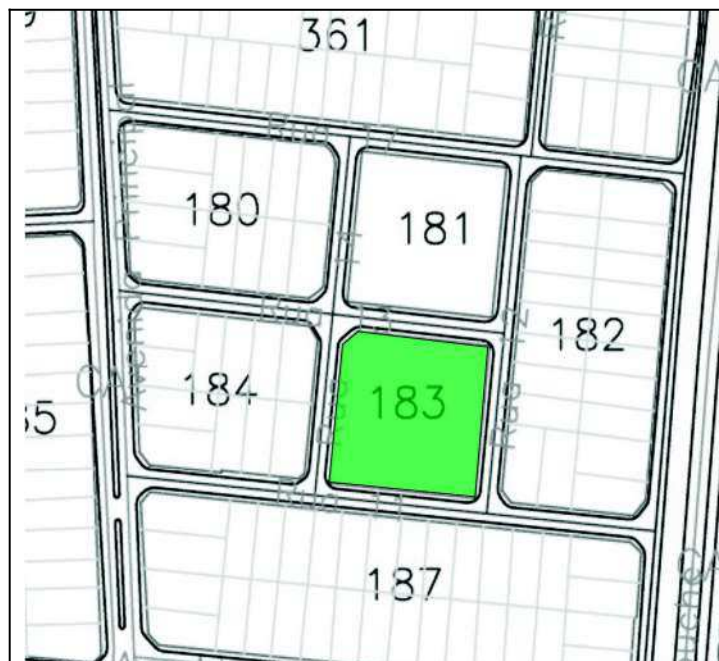


Figura 15 - Localização da Quadra 183.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento em arquivo digital pela Prefeitura Municipal de São Luís, 2013.



Figura 16 - Quadra 183.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo,2013.



Figura 17 - Quadra 183.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013 a partir de levantamento de campo.





Figura 18 - Quadra 183.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013 a partir de levantamento de campo.

### 3.3 INSOLAÇÃO

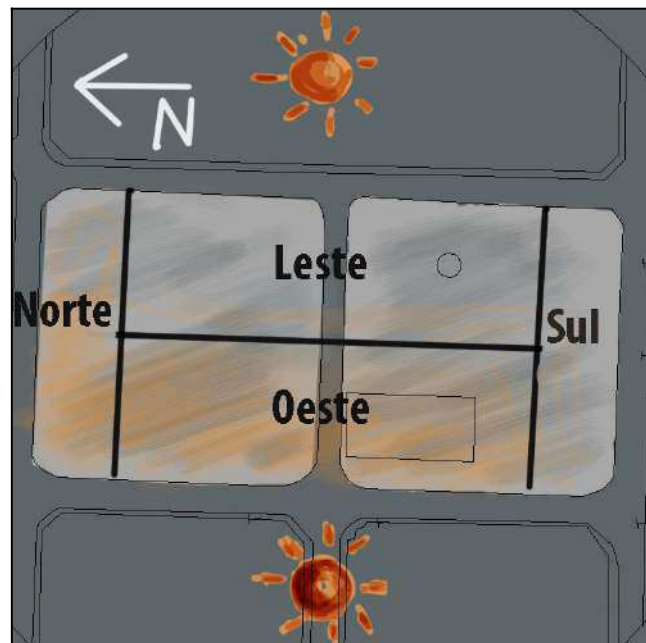


Figura 19 - Esquema de Insolação da praça.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

### 3.4 TOPOGRAFIA

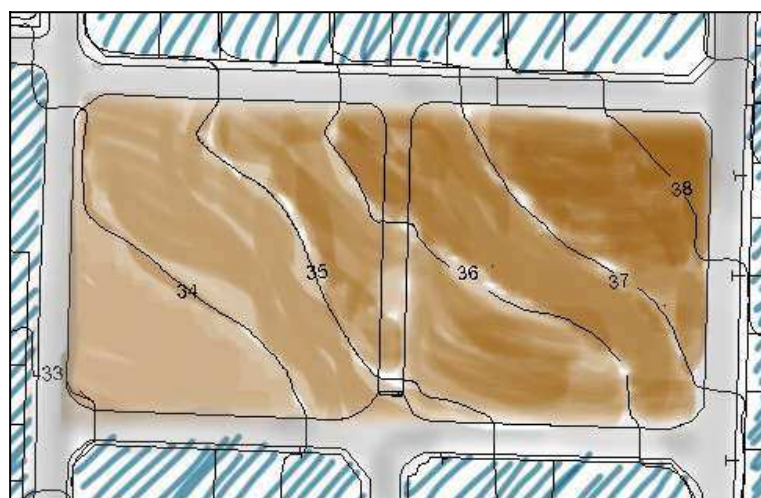


Figura 20 - Mapa Temático de Topografia.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013

■ Nível mais alto      ■ Nível mais baixo

### 3.5 CALÇADAS

As calçadas do entorno da área de intervenção em geral apresentam bom estado de conservação, sem muitos problemas de rachaduras, buracos ou áreas degradadas em sua superfície. O principal problema do passeio público na área é o mesmo que se repete exaustivamente na cidade de São Luís: falta de acessibilidade. Pode-se notar através do levantamento fotográfico realizado na área que há grande presença de desníveis, impedimentos como canteiros de flores, árvores e lixeiras públicas, dispostos de maneira a impossibilitar a circulação sobre o passeio.



Figura 21 - Calçada no entorno da área de intervenção.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013 a partir de levantamento de campo.



Figura 22 – Calçada na Rua 17.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013 a partir de levantamento de campo.



Figura 23 - Calçada na Rua 17.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 24 - Calçada na Rua 13

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 25 - Calçada na Rua 11.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 26 - Calçada na Rua 11.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.

### 3.6 POSTEAMENTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Constatou-se que a iluminação pública no entorno da praça é inadequada e insuficiente. A área apresenta trechos não iluminados que se tornam inseguros à noite. Há também em certos pontos das quadras destinadas para espaço verde a presença de árvores de copas grandes que, somadas a um posteamento insuficiente, desfavorece a iluminação no nível de pedestre.



Figura 27 - Iluminação das quadras objeto de intervenção.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.



Figura 28 - Iluminação das quadras objetos de intervenção.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.

#### 4 DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES

O estudo preliminar para a Revitalização Paisagística das Praças 181 e 183 no Cohajap considera reestabelecer o uso adequado e a realização de atividades que propiciam vida numa área já estabelecida, mas que foi progressivamente caindo em desuso e se tornou um não-lugar. Tendo em vista o objetivo de revitalizar essa área degradada e oxigenar o entorno, partimos das seguintes premissas:

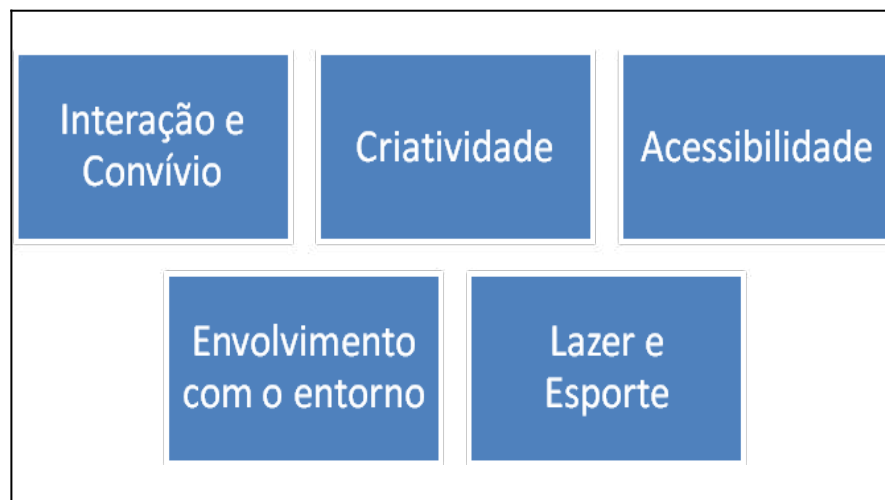


Figura 29 – Premissas da Proposta.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de levantamento de campo, 2013.

Através do aprofundamento no pensamento dos diversos teóricos que fundamentam o primeiro capítulo do presente trabalho, pode-se perceber que alguns traços se repetem no modo em que cada um deles percebe e compreende os mecanismos que tornam os espaços públicos bem-sucedidos no que tange a questão da apropriação por parte da população à qual se destina esses espaços. Consideram-se aspectos como: o abrigo, sombra conveniência e um ambiente aprazível, esquinas convidativas, transições entre o exterior e interior da praça confortáveis e lugares para sentar, oportunidades de acesso atraentes, além de várias outras.

Partindo da análise desses mecanismos e considerando-os a partir de uma ótica que leva em conta a realidade e a cultura brasileira – não somente importando o que foi produzido, mas pensando em uma realidade que se apresenta distinta em uma série de características.

As cinco premissas que orientam esta proposta consideram os valores universais e a crítica da realidade da área diagnosticada.

O partido e o conceito da proposta de revitalização leva em conta que essa praça ofereça Interação e Convívio, pois entende-se que o objetivo último de tal espaço público é promover e possibilitar contato, intercâmbio e experiências coletivas e compartilhadas na comunidade.

A Criatividade deve estar presente nesse ambiente, gerando vida e atratividade, tanto na atividade projetual, fornecendo beleza e significado para a forma física do lugar, quanto ao que se refere à apropriação por parte da população, permitindo que ela possa exercer sua própria criatividade no espaço da praça, na diversidade de atividades para se exercer nela.

A facilidade de acesso, essencial para a boa utilização da praça, assim como a sua facilidade de circulação, não se destina apenas para que a chegada e permanência na praça sejam prazerosas, mas também a atividade de passagem.

Os desenhos externos e internos devem possibilitar a conexão com o entorno também priorizado, de modo que, mesmo a praça apresentando elementos arquitetônicos diferenciados da tipologia construtiva vigente no entorno, possa ser percebida em harmonia visual com o todo.

Finalmente, a proposta também deve ofertar lazer e prática de esportes, tornando a praça um ambiente agradável de ludicidade, entendendo-se que tais atividades são grandes catalizadores da integração social.

Fundamentando-se na base fornecida por essas cinco premissas, pôde-se avançar na criação de um partido arquitetônico que teve como objetivo propor uma praça que funcionasse como a semente, o ponto de partida, do desenvolvimento social da comunidade, cujos benefícios se estenderiam as ruas do entorno mais imediato da praça, de forma a harmonizar o ambiente e a dar identidade a esse conjunto.

#### 4.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O Programa de Necessidades surgiu, primeiramente, à partir da observação proveniente de diversas visitas e contatos com os moradores do entorno da área em estudo. Foram observados também os diversos usos existentes na região, as atividades realizadas, os serviços oferecidos na área. Em segundo lugar, procurou-se refletir sobre o referencial teórico do presente trabalho e propor elementos baseados nos princípios identificados pelos autores.

Levando em consideração esses fatores chegou-se ao presente programa de necessidades:

- a) Quadra poliesportiva;
- b) Anfiteatro;
- c) Área de equipamentos de ginástica;
- d) Playgrounds;
  - até 6 anos
  - 7 à 12 anos
- e) Half de skateboard;
- f) Gramados;
- g) Banheiros.

#### 4.2 REFERÊNCIAS DE PROJETO

Alguns projetos, devido ao seu valor estético e agregador, tiveram influência direta na concepção dessa proposta, seja pelo seu partido formal, seja por sua funcionalidade e aplicação dos princípios geradores de apropriação dos espaços públicos. Projetos que geraram impacto sobre a concepção do presente estudo preliminar, nos quais pode ser percebida a intencionalidade de contribuir para o desenvolvimento de convivência e coletividade na vida do indivíduo urbano nos contextos específicos em que cada um deles está inserido.

- a) Park Monte LAA<sup>1</sup>, Austria (Marta Schwarz & 3:0 Landscape Architecture)

---

<sup>1</sup> Parque residencial localizado num conjunto habitacional em Wien na Áustria, que consiste em playgrounds para crianças, dispendo de bancos, plataformas de skate e plataformas multifuncionais. Possui uma área total de 12.200 m<sup>2</sup> e levou 3 anos para ser construído. O espaço público mostra-se como um local propício para o desenvolvimento das relações sociais de uma comunidade específica, apostando, sobretudo no envolvimento das crianças e jovens, entendendo que eles são um público que além de carecer de locais que fomentem a criação de laços, são sujeitos





Figura 30 - Park Monte LAA, Áustria. Fonte: [www.landezine.com](http://www.landezine.com), 2009.

b) Park Shoemaker Green<sup>2</sup> – Pensilvânia, EUA (Andropogon Associates)



Figura 31 - Park Shoemaker Green. Fonte: [www.landezine.com](http://www.landezine.com), 2013

c) 1º Lugar do Concurso Praça Colinas do Anhanguera<sup>3</sup>, SP (Escritório HUS)

impulsionadores de práticas de convivência e interação no meio urbano.

<sup>2</sup> O Park Shoemaker Green, localiza-se na no complexo da Universidade da Pensilvânia, nos EUA. Foi concluída em setembro de 2012 e funciona como uma conexão entre o campus central e o Penn Park, servindo assim como um corredor que dá continuidade ao complexo. É um espaço que fomenta a recreação, mas também possui um programa que flexibiliza seu espaço, permitindo o desenvolvimento de atividades múltiplas.

<sup>3</sup> O projeto desenvolvido pelo escritório HUS Arquitetura, Urbanismo e desenho da Paisagem no ano de 2011 para o bairro do Colinas do Anhanguera na cidade de Santana de Parnaíba em São Paulo. O projeto proposto pelo escritório é situado num bairro isolado e que não dispõe de equipamentos de lazer e visa potencializar seu uso a partir da reorganização do traçado urbano, numa localidade que se estende de uma área de movimentado trânsito até uma área predominantemente residencial.



Figura 32 - Vista Superior Praça Colinas. Fonte: [www.archdaily.com](http://www.archdaily.com), 2012

Sob essas perspectivas, esta proposta intenta dar um caráter de multifuncionalidade ao local, dividindo a praça em setores Norte – destinado ao encontro, manifestações públicas, shows e feiras – e Sul – área que abrange práticas esportivas e de passeio.

## 5 PROPOSTA

Partindo dos fundamentos já explicitados e do consequente Programa de Necessidades criado, pensou-se primeiro em como oportunizar e democratizar as condições de acesso e circulação no espaço público e em seu entorno. Propõe-se

então aumentar a largura das calçadas em volta das que possuam tamanho menor do que 1 metro. Cria-se um passeio de 3 metros no perímetro das duas quadras, de maneira a oferecer uma faixa de serviço para a disposição de mobiliário urbano como lixeiras e postes de iluminação, rebaixando a calçada em pontos específicos para a criação de rampas com inclinação de 8,33%. Há ainda a localização de faixa de pedestres em cada um dos pontos de acesso criados pelas rampas.

Outra intervenção foi a unificação das duas quadras correspondentes à nova Praça do Cohajap, o que se deu através do fechamento da Rua 13, transformando essa rua em uma área de caminhada e corrida dentro dos limites da praça. Tais medidas foram tomadas para humanizar o acesso e circulação ao bairro, fazendo com que as vias locais desse entorno permaneçam ainda dentro do limite mínimo de 5 metros, mas contribuindo para que o tráfego não desejado e as altas velocidades dentro dessa área diminuam, tornando-o um recinto urbano que tenha o pedestre como principal privilegiado.

Após o trabalho com os limites e entorno da praça, foram criados caminhos de acesso ao interior do espaço, buscando sempre trabalhar com linhas curvas, de forma a criar uma sensação de visão serial dos elementos da praça, não os revelando gratuitamente à primeira vista do usuário, mas permitindo que a paisagem seja descoberta serialmente, característica de espaços urbanos, analisada na obra Paisagem Urbana de Gordon Cullen. Os caminhos criados originam recintos nos quais são distribuídas as funções. Tais recintos ora são representados por áreas vastas de gramado, que vão abrigar áreas de lazer e de ludicidade, como os playgrounds divididos por faixa-etária ou áreas contemplativas e de relaxamento debaixo da sombra das árvores que são dispostas de maneira a emoldurá-las. Ora eles criam espaços pavimentados que abrigam equipamentos de ginástica ou criam recintos reservados para apresentações que necessitam de piso impermeável e resistente a um tráfego mais alto.

Os caminhos se dispõem também de maneira a possibilitar um fluxo com boa fluidez, partindo do entendimento de que a praça não é somente um local de permanência, mas também de passagem, entendendo também que essa passagem pode vir a ser agradável, e gerar percepções de conforto e bem-estar sobre o pedestre. Em relação a atividades de lazer e a esporte, além dos playgrounds

criados, está sendo proposta a criação de um pequeno half de skateboard e a reforma e ampliação da quadra, colocando-a nos padrões de uma quadra poliesportiva oficial.

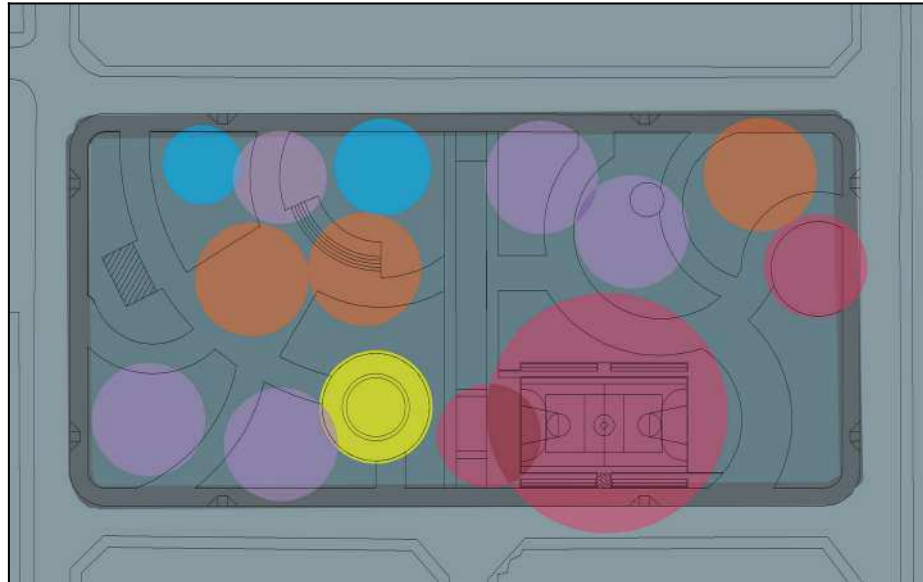


Figura 33- Mapa de Zoneamento da Praça.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.



## 5.1 PAVIMENTAÇÃO

Para a pavimentação da praça, foram escolhidos os seguintes tipos de pavimento:

- a) Piso em concreto polido na cor cinza: utilizado na faixa livre do passeio situado no perímetro da praça;

- b) Piso Intertravado Azul: utilizado em faixas com 1 metro de largura, situada paralelamente aos caminhos curvos;
- c) Piso de concreto moldado in loco com resistência à alto tráfego;
- d) Grama esmeralda, *Zoisa japonica*: utilizada nos recintos gramados;
- e) Piso Intertravado na cor Amarela: utilizado em alguns recintos que abrigam áreas de atividades esportivas e no anfiteatro.

## 5.2 ARBORIZAÇÃO

Para a arborização da Praça do Cohajap, buscou-se manter árvores já existentes cujas copas fossem em seu diâmetro maior ou igual a 8 metros. A outra parte da vegetação deve ser remanejada, devido à falta de uniformidade e disposição aleatória na praça, que tem muitas vezes ocasionado problemas com a infraestrutura de energia elétrica no local.

Optou-se, então, para a proposta do presente estudo preliminar, por árvores que possuíssem três tipos de diâmetro de copas, árvores de 4 a 12 metros de diâmetro, caracterizando o domínio de árvores de médio porte. As árvores de maior porte foram posicionadas de maneira a não ficar nas laterais que dão de encontro à Rua 17 e à Rua 11, pois nas mesmas se encontram postes de fiação elétrica.

A arborização possui também a função de oferecer sombra e conforto térmico a esse microclima, assim como o direcionamento da ventilação para os recintos internos da praça, além de trabalharem como amortecedores sonoros, amenizando a poluição sonora. Levou-se em conta também a escolha de espécies com desenvolvimento relativamente rápido, com troncos resistentes, sem espinhos ou acúleos. Evitaram-se espécies que dão frutos grandes e carnosos.

As espécies propostas para a intervenção são, além de algumas já existentes que não serão remanejadas:

- a) Oitizeiro, *Licania Tomentosa*. Porte grande;
- b) Pata de Vaca, *Bauhinia variegata*. Porte pequeno;
- c) Alfeneiro, *Ligustrum lucidum*. Porte médio;
- d) Ipê Amarelo, *Tabebuia chrysotricha*. Porte médio.



Figura 34 - Pata de Vaca (*Bauhinia variegata*).  
Fonte: [www.wcams.com.br/imagens\\_12\\_2001.htm](http://www.wcams.com.br/imagens_12_2001.htm), 2001



Figura 35 – Oitizeiro (*Licania tomentosa*)  
Fonte: <http://poeticamentempv.blogspot.com.br/2012/08/apenas-um-oitizeiro.html>, 2012.



Figura 36 - Alfeneiro (*Ligustrum lucidum*).  
Fonte: [w3.ufsm.br/herbarioflorestal](http://w3.ufsm.br/herbarioflorestal), 2011.



Figura 37 - Ipê Amarelo (*Tabebuia chrysotricha*).  
Fonte: <http://www.tudosobrexanxere.com.br/>, 2010.

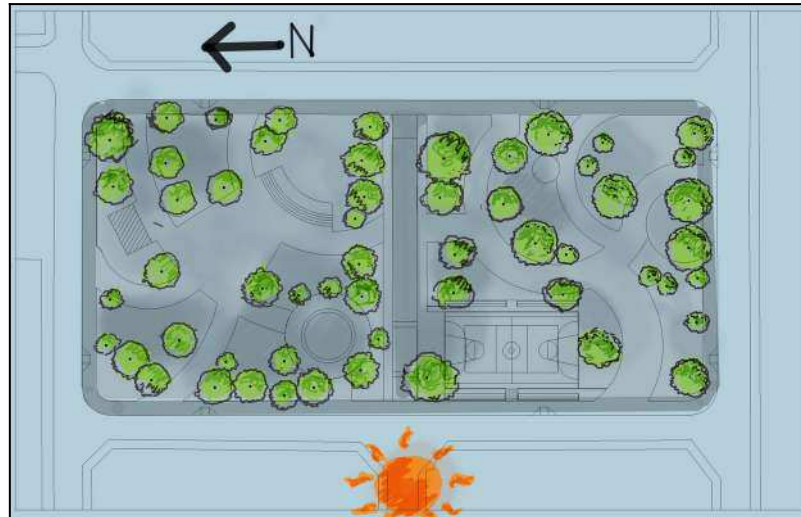


Figura 298 - Sol da tarde e esquema de sombreamento.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

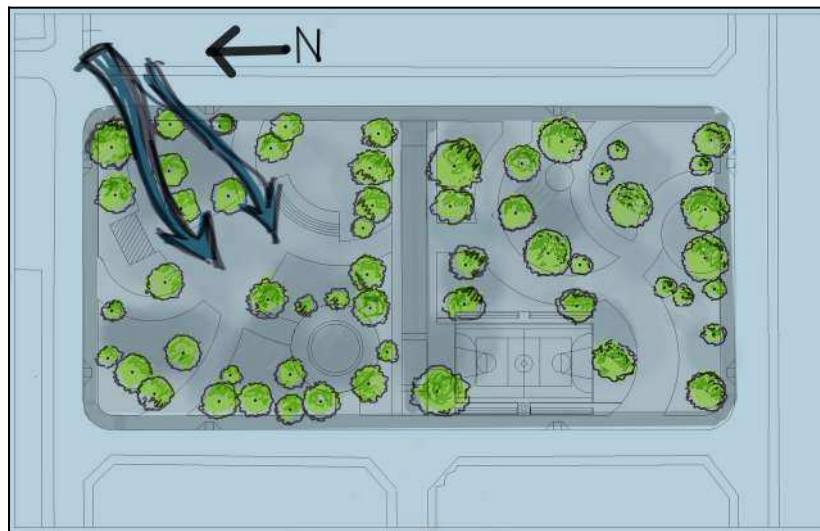


Figura 39 - Vegetação e esquema de ventilação.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

### 5.3 EQUIPAMENTOS

A praça apresentará bancos de concreto moldados in loco que estarão sempre dispostos de maneira a acompanhar os caminhos, seguindo paralelamente às suas curvas, delimitando os recintos de gramado criados, criando uma moldura em certas áreas que precisam de mais proteção como o playground destinado a crianças de menor idade e sempre próximos de uma lixeira pública, no intuito de evitar a poluição no espaço público. Os playgrounds, adequados às faixas etárias de 4 a 6 anos de idade e de 7 a 12 anos de idade, são equipados com balanços metálicos, gangorras, castelinhos, caixas de areia e escorregadores. É proposta a



criação de uma cobertura em concreto armado, em formato curvo criando uma área multiuso sombreada e elevada que pode ser destinada a palco de shows e apresentações. Quando não utilizada para esses fins, o patamar e as escadas que dão acesso a ele se tornam um local de convívio, oferecendo assentos em arquibancada, mais altos que estão direcionados para uma área social livre de arborização na praça, que pode ser utilizada para manifestações públicas, artísticas e culturais. O espaço contém ainda um anfiteatro para apresentações culturais. Em relação a práticas esportivas, a nova praça apresenta uma quadra poliesportiva com equipamentos para a prática de futebol, basquete e vôlei. Há um half-pipe para a prática de skateboard e patins in line e uma área reservada para fitness, com equipamentos de ginástica.

#### 5.4 ILUMINAÇÃO

Uma iluminação eficiente é um fator essencial na vida urbana, possuindo um valor que juntamente com a arquitetura e os traçados das ruas tem a capacidade de criar uma identidade de vigor e vitalidade para o espaço urbano em que está inserida. Pensando em valores como segurança, acessibilidade e qualidade de espaços públicos.

Propõem-se três tipos diferentes de iluminação para a praça e entorno, em nível de estudo preliminar, fazendo uso da luz branca, objetivando conforto visual e alto fluxo luminoso, tornando a visualização de pessoas, veículos e objetos, mais fácil. Trabalha-se com uma iluminação perimetral, atuando na iluminação das vias que circulam a praça e ao mesmo tempo iluminando o passeio situado no perímetro da praça, com postes que apresentam dupla iluminação; a 7 metros, uma luminária direcionada para a rua; a 5 metros, uma luminária voltada para o passeio da praça. O outro tipo de iluminação adotado trabalha com escala menor, iluminando os caminhos arborizados, destacando o mobiliário urbano, onde a arborização pode impedir a luz proveniente de uma iluminação mais geral. Há também a iluminação da quadra poliesportiva que se dá por refletores de maior potência.

Por último, estão luminárias de iluminação geral, trabalhando em áreas maiores, como playgrounds e áreas mais livres de arborização.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo empreendeu-se a análise de como a convivência e o intercâmbio entre os sujeitos urbanos se dá a partir de que elementos que constituem a praça como espaço público eficiente no desempenho de seu papel de integrador social e palco de experiências compartilhadas. Reconhecem-se os princípios analisados como fundamentais para embasar novas propostas de espaços públicos que se comprometam com as necessidades da comunidade a que servem. Possibilitam repensar o conceito de relação do indivíduo com a paisagem urbana, que tem sido evidenciada pelos espaços públicos ineficientes existentes na cidade de São Luís. A precariedade e abandono das áreas livres desta cidade proliferam diversos tipos de males que vão desde a falta de acessibilidade até a insegurança e violência que se refugia nesses espaços. Ao longo dessa análise, tornou-se perceptível também que tais princípios, quando aplicados, podem reverter situações problemáticas e reestabelecer identidade, valor e vida pulsante para locais que perderam sua função urbanística.

Precisa-se retornar à concepção da Praça que hoje tem se perdido progressivamente: a praça é o espaço público do desenvolvimento da vida urbana na cidade. Deve ser encarada sob a óptica do coletivo, multifuncional e interativo. A construção de cidadania e o fortalecimento dos laços sociais estão baseados na oportunidade do convívio, do contato entre estranhos, da facilidade de acesso aos espaços, da flexibilidade criativa na sua apropriação. Quanto mais se perde essa capacidade de fomentar tais experiências coletivas no meio urbano, mais se depende de espaços privados na busca de vivenciar o lazer e o convívio. O contato entre as diferenças na esfera pública contribui para tornar o desenvolvimento da sociedade mais substancial.

A arquitetura da paisagem nas cidades tem como desafio ultrapassar os limites do embelezamento urbano e criação de áreas de lazer, e entender a paisagem como um organismo que não se pode desligar do cotidiano do habitante das cidades; a paisagem precisa ser integradora e democrática e deve estar aberta para todos. O ser humano é um ser coletivo; logo, as cidades devem contribuir para

o desenvolvimento de tal característica. É importante reconhecer ainda o valor e contribuição das comunidades ou bairros locais, assim como entender o potencial e as possibilidades que os pequenos espaços públicos têm a oferecer na construção de uma cidade mais democrática.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, S. R. **Analizando o conceito de Paisagem Urbana de Gordon Cullen**. *Da Vinci*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-68, 2008.
- ALEX, Sun. **Projeto de Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994
- BALULA, Luís. **Planejamento Urbano, espaço público e criatividade: Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo**. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.13, n.25, pp. 93-122, jan/jun 2011.
- CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G. e STONE, A. M. (1992). **Public Space**. Cambridge, MA, Cambridge University Press.
- CARTA de Reabilitação Urbana Integrada. Lisboa. 1995.
- CHAPMAN, T. (2006). **Public Space**. *Encyclopedia of Human Geography*. SAGE Publish. Disponível em: [http://www.sage-reference.com.proxy.libraries.rutgers.edu/humangeography/Article\\_n238.html](http://www.sage-reference.com.proxy.libraries.rutgers.edu/humangeography/Article_n238.html). Acesso em 16/06/2013
- CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CUNHA, R. D. A., **Os Espaços Públicos Abertos e a Lei de Uso e Ocupação do Solo: Uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis**. In: Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2003, São Carlos, 21 – 24 set. **ANAIS**, São Carlos, 2003.
- GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.
- FRANCIS, Mark. Urban open spaces. In: ZUBE, E; MOORE, G (eds.). **Advances in environment, behavior and design**. New York: Plenum Press, 1987.
- KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington: Island Press, 2000.
- KEAST, Mackenzie. Ten ways to improve city through public spaces.
- MAGNANI, J. G. C., Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Os urbanitas**: revista digital de Antropologia Urbana. Ano 1. vol. 1, nº 0, 2003. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/>. Acesso em 24/06/2013.
- MARCOS, Martín. Mayor seguridad requiere mejor espacio publico. Veredes.es. Disponível em: [http://veredes.es/blog/mayor-seguridad-requiere-mejor-espacio-publico-martin-marcos/?goback=%2Egde\\_3829815\\_member\\_223104806](http://veredes.es/blog/mayor-seguridad-requiere-mejor-espacio-publico-martin-marcos/?goback=%2Egde_3829815_member_223104806) Acesso em 11/07/13.

Project for Public Spaces. Ten principles for successful squares. 2005. Disponível em: < <http://www.pps.org/reference/squaresprinciples/>>. Acesso em 18/06/2013.

\_\_\_\_\_. The Power of Ten. 2009. Disponível em: <<http://www.pps.org/reference/the-power-of-10/>>. Acesso em 15/06/2013.

\_\_\_\_\_. Placemaking and the future of cities. Disponível em: < <http://www.pps.org/reference/squaresprinciples/>>. Acesso em 18/06/2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1982.

\_\_\_\_\_. The openness of open space. In: BANERJEE, Tribid; SOUTHWORTH, Michael (Eds.). **City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch**. Massachussets: MIT Press, 1991. pp. 397-412.

SÃO LUÍS. Lei 3.253, dez.1992. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial**. São Luís, 15 abr. 1993, p.15.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Turismo – SEMTHURB. **Legislação Urbanística Básica de São Luís**. Imprensa Universitária. São Luís, 1997.

TELLA, Guillermo y POTOCKO, Alejandra. (2009), “Espacios verdes públicos: Una delicada articulación entre demanda y posibilidades efectivas”. En: Buenos Aires, Revista Mercado y Empresas para Servicios Públicos Nro. 55 (agosto), Ed. IC Argentina, pp. 40-55.

WARREN, S. (2006). Public Space. Encyclopedia of American Urban History. SAGE Publish. Disponível em: <[http://www.sage-reference.com.proxy.libraries.rutgers.edu/urbanhistory/Article\\_n344.html](http://www.sage-reference.com.proxy.libraries.rutgers.edu/urbanhistory/Article_n344.html)>. Acesso em 12/06/2013.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo** / Tim Waterman; tradução técnica Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WHYTE, Willian H. **The Social life of the small public spaces**. Washington: The Conservation Foundation, 1980.